



Recebido em: 25/06/2020

Aceito em: 10/07/2020

**A intolerância religiosa e o racismo religioso no cenário brasileiro:  
A contribuição da ética mundial para a abordagem das religiões de  
matrizes africanas na escola**

**Religious intolerance and religious racism in the Brazilian scenario:  
The contribution of the global ethic to the approach of African-based  
religions at school**

Pós-doutoranda Bruna Milheiro Silva<sup>1</sup>

Tübingen Universität

<http://lattes.cnpq.br/2414689015490056>

**Resumo:** O presente artigo busca discorrer sobre o racismo religioso no Brasil, especialmente aquele direcionado às religiões de matrizes africanas enfatizando a proposta de princípios éticos inerentes às religiões. Tendo como base os ideais do projeto para uma ética mundial - a proposta milenar da regra de ouro e os preceitos inamovíveis - busca-se elencar pontos de uma ética comum em relação às religiões de matrizes africanas, especialmente o candomblé jeje-nagô, considerando o contexto brasileiro. Observa-se nele uma enorme influência da religião na vida cotidiana, entretanto, parece contraditório que uma sociedade tão religiosa seja regada de tantos exemplos de preconceito, especialmente ligados à ideia do temor que se coloca diante da alteridade religiosa. Uma possível solução para isso seria, por um lado, fortificar ideais de diálogo e troca recíproca entre as religiões, destacando o que as une e permitindo que haja um intercâmbio mais frequente entre elas. Um espaço fértil para esse fim é a escola, momento em que a criança e o jovem entram em contato com a diversidade em suas várias formas, não

---

<sup>1</sup> Pós-doutoranda em Ciência da Religião pelo Weltethos Institut an der Tübingen Universität

somente a religiosa, o que pode contribuir para a construção do seu caráter com base numa educação plural. Partindo desse arcabouço, torna-se possível pensar o diálogo inter-religioso na sociedade brasileira a partir de novas bases e trazer cada vez mais as religiões marginalizadas para o protagonismo social.

**Palavras-chave:** Diálogo- Ética- Educação – Matrizes africanas- Medo

**Abstract:** This article intends to discuss the religious racism in Brazil, especially that directed to religions of African origin, emphasizing the proposal of ethical principles inherent to religions. Based on the Project for a global ethics - the ancient proposal of the golden rule and the immovable precepts - we seek to list points of a common ethics in relation to religions of African origin, especially the candomblé jeje-nagô considering the Brazilian context. There is an enormous influence of religion in everyday life, however, it seems contradictory that such a religious society is ruled by so many examples of prejudice, especially linked to the idea of fear that arises in the face of other religions. A possible solution would be, on the one hand, to strengthen ideals of dialogue and reciprocal exchange between religions, highlighting what unites them and creating opportunities for a more often exchange between them. A fertile field for this purpose is the school, the time when children and young people come into contact with diversity in its various forms, not only religious, which can contribute to the construction of their character based on a plural education. Based on this framework, it is possible to think of interreligious dialogue in Brazilian society from new bases and to increasingly bring marginalized religions into social leadership.

**Keywords:** Dialogue- Ethic- Education- African Religions- Fear

## Introdução

A presença do elemento religioso é parte inerente da história e da cultura do Brasil. A própria formação da sociedade brasileira é marcada indubitavelmente pela influência religiosa, papel que foi inicialmente realizado pela religião cristã de matriz católica. Durante o processo colonizador ela esteve presente através das missões jesuíticas, como também dos enlances realizados pelo contato com os indígenas existentes e suas manifestações religiosas, sendo posteriormente acrescida pelos arranjos ocorridos com a religiosidade dos escravizados de África. Essa enorme e inegável influência deixada pelo Cristianismo está ainda presente na vida cotidiana, nos hábitos e especialmente nas tradições características do Brasil. Ainda que no decorrer do século passado tenha sido observado o crescimento de outras religiões, o predomínio cristão permanece. De acordo com dados do último censo realizado em 2010, 64,99% dos brasileiros se autodenominam católicos, 61,65% evangélicos (incluindo as Igrejas históricas, Pentecostais e neopentecostais); 0,62% entre religiões de matriz africanas como a Umbanda e o Candomblé; 0,03 de tradições indígenas e 16,08 de ateus e agnósticos<sup>2</sup>.

Entretanto, o predomínio histórico de uma maioria religiosa não pode ser encarado como soberania sobre as demais crenças. Isso traz como consequência casos de intolerância religiosa dirigidos às minorias como é o caso das religiões de matrizes africanas, incorporando nesse caso o fenômeno do racismo religioso. Pois conforme analisa Flor do Nascimento, a problemática do racismo estrutural não pode ser desvinculada do tratamento recebido pelas religiões afro-descendentes. (NASCIMENTO, 2017, p.52) Tratar a alteridade religiosa como a um igual numa realidade de vida tão desigual como é o Brasil é, sem dúvida, um imenso desafio e requer do indivíduo ir de encontro a muitas ideias pré-estabelecidas. Nesse caso, uma questão que se coloca de imediato é como desconstruir o preconceito direcionado às religiões afro-brasileiras, colocando-as em pé de igualdade com o cristianismo se elas ainda estão socialmente vinculadas a uma ideia de inferioridade racial que se perpetua de forma estéril até os dias de hoje.

Partindo desses aspectos, o presente trabalho visa discutir a intolerância religiosa dirigida às religiões de matrizes africanas dentro do cenário brasileiro, em especial o racismo religioso à luz de aspectos do projeto para uma ética mundial<sup>3</sup>. A partir da regra de ouro e dos preceitos inamovíveis acredita-se ser possível

---

<sup>2</sup> Dados relativos aos IBGE, censo 2010. Disponível em:  
<https://www.ibge.gov.br/busca.html?searchword=religi%C3%A3o>

<sup>3</sup> O teólogo ecumênico Hans Küng apresentou no ano de 1993 durante o Parlamento das Religiões mundiais em Chicago uma proposta de diálogo inter-religioso, que chamou de *Weltethos* (Ética mundial), a partir do qual ele desenha estratégias de como é possível diante da complexidade dos desafios do tempo presente construir pontes de diálogo e trocas de saberes entre as mais diversas religiões. (KÜNG, 1993)

desenhar estratégias de como encontrar caminhos de diálogo e conciliação entre as religiões no Brasil, especialmente entre o cristianismo e o candomblé jeje-nagô. (KÜNG, 1993).

Afirmamos haver uma reserva de valores fundamentais em comum nas doutrinas das religiões, e que esses valores constituem a base para uma ética mundial. Afirmamos que essa verdade já é conhecida, mas ainda precisa ser vivida em atos e nos corações. Afirmamos haver uma norma irrefutável e incondicional para todos os campos da vida, para as famílias e comunidades, para as raças, nações e religiões. O comportamento humano já conta com linhas mestras muito antigas, que podem ser encontradas nas doutrinas das religiões mundiais e que são condição para uma ordem mundial duradoura. (KÜNG,1993, p. 01)

Tomando esses princípios como ponto de partida, pretende-se debater as possíveis contribuições de uma ética mundial para a discussão da intolerância religiosa em relação às religiões de matrizes africanas no Brasil. Em seguida, busca-se debater o espaço escolar como o local por excelência das trocas entre diferentes, mostrando-se um terreno fértil para a introdução do diálogo inter-religioso entre a juventude. Hans Küng sempre enfatiza a importância de uma educação interétnica e inter-religiosa na formação das crianças e jovens, acreditando que através do saber é possível desconstruir preconceitos e construir pontes de diálogo entre indivíduos com diferentes histórias de vida. (KÜNG, 2008, p. 71). As três partes que se seguem buscam destrinchar os aspectos acima apresentados, iniciando pela ideia do racismo religioso, a ética mundial versus a ética candomblecista e por fim as considerações no currículo escolar.

### **Intolerância Religiosa na Sociedade Brasileira: Um estudo do Racismo Religioso**

A convivência com a alteridade torna-se cada vez mais uma realidade cotidiana, isso porque o que hoje se apresenta é o horizonte de um mundo modificado, globalizado, interligado pelos meios de comunicação, fator que afeta diretamente também as religiões. Se por um lado elas continuam a exercer um papel fundamental na vida cotidiana, destacadamente em países como o Brasil, por outro elas devem coexistir com a realidade atualizada e com todas as transformações que dela advém. Citando dois importantes autores contemporâneos no campo do pluralismo religioso, Faustino Teixeira e Zwinglio Dias, um balanço da presença da religião em relação ao tempo presente é definido por eles da seguinte forma: "O tempo atual é marcado por um pluralismo religioso intransponível e irrevogável, que tende a se ampliar nos próximos anos." (TEIXEIRA & DIAS, 2008, p.122). Dessa forma, o que se apresenta hoje é o indubitável encontro com a

alteridade, que tende a se tornar mais intenso e que com isso demanda novas formas de abordagem na sociedade, destacadamente nos currículos escolares.

Esse aumento do contato entre as religiões deve vir acompanhado de meios que permitam a essas pessoas com diferentes experiências religiosas e muitas vezes culturais viverem num ambiente saudável, preconizado pelo respeito, a aceitação e o acolhimento. O historiador francês Jean Delumeau (2009) ao discutir a temática do medo, afirma que ele possui por um lado o aspecto positivo de preservação natural e autoproteção, mas que por outro enfatiza a construção de barreiras e bloqueios por temer o desconhecido. Logo, o que não é conhecido gera temor, geralmente carregado de pré-conceitos, que tendem a afastar as pessoas. Essa abordagem pode ser aplicada à relação entre as designações cristãs majoritárias no Brasil e as religiões afro-descendentes, que ainda hoje experimentam uma realidade de difícil entendimento, especialmente entre os grupos mais conservadores das Igrejas evangélicas e católica.

Nesse contexto de medo é que surge a intolerância religiosa, que geralmente vem acompanhada de preconceitos e da rejeição da alteridade. No caso específico das religiões afro-brasileiras fala-se em atos de racismo religioso, pois se observa a existência de um repúdio que vai além unicamente do aspecto religioso e que se origina do racismo estrutural e histórico existente na sociedade brasileira. Não incomum, os praticantes do candomblé são tratados como seres diabólicos ou chamados popularmente de “macumbeiros”, palavra de conotação altamente pejorativa, associados aos rituais de magia negra e matança de animais. Essa visão é reproduzida desde os primeiros contatos do colonizador europeu com as diversas etnias existentes no continente africano. Quando os primeiros evangelizadores lá chegaram, encontram o culto aos orixás e voduns, altares as formas fálicas e naquele momento atribuíram a manifestação religiosa a algo demoníaco. A própria exotização e demonização são, no final das contas, um produto do racismo. (NASCIMENTO, 2017, p.53). Mesmo tantos séculos depois, o imaginário cristão-católico predominante ainda reproduz essa ideia, criando um mito de medo entranhado na cultura popular. Isso gera um fenômeno de desumanização de seus praticantes que complementa uma abordagem estéril do negro no passado como o escravo, aquele sem identidade que somente servia para alimentar o sistema escravista, não sendo considerado como sujeito e protagonista de sua própria história.

Por isso, podemos dizer que essas “religiões” são muito mais que religiões, no modo como o ocidente as entende: são modos de vida que contêm em seu interior uma espiritualidade. Se são religiões – na medida em que se resgata o sentido de religare –, o são muito mais em uma conotação política, no sentido de reconstruir vínculos quebrados pelo racismo e pela colonização entre as pessoas africanas (e suas descendentes) e suas histórias pregressas ao processo escravizador que aconteceu na história de nosso país: tinham – e têm – a função de religar comunidades quebradas pelo

violento processo que desumanizou e escravizou milhões de pessoas que foram forçadas a deixarem suas famílias, suas tradições, seus territórios. (NASCIMENTO, 2017, p. 54)

Nesse sentido, conforme afirma Nascimento, o conceito de intolerância religiosa é insuficiente para compreender o preconceito direcionado aos grupos que vivenciam as tradições de matrizes africanas, uma vez que não é unicamente o aspecto religioso que sofre refutação. Nos exemplos de violência aos terreiros e aos seus praticantes está a rejeição ao modo de vida do negro, de suas raízes e de tudo aquilo que diz respeito a eles. Está subjacente o repúdio aos elementos africanos não apenas rituais, mas no modo de organização familiar, das tradições e saberes próprios. A marginalização da religião ligada aos afro-descendentes não pode ser desvinculada da marginalização das pessoas de cor em todos os outros aspectos da sociedade brasileira.

A tentativa institucional de contenção da violência contra os praticantes de religiões afro-brasileiras, representada em primeira instância pela Constituição Federal, tenta garantir o direito à liberdade de crença: “É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias” (BRASIL, 1988. Art. 5º – VI). Também a lei 7.716/89, conhecida como lei Caó, determina que crimes de intolerância religiosa sejam encaminhados às Varas Criminais. Segundo o Código Penal, no artigo 208, “escarnecer de alguém publicamente, por motivo de crença ou função religiosa; impedir ou perturbar cerimônia ou prática de culto religioso; vilipendiar publicamente ato ou objeto de culto religioso” é prática delituosa que tem pena prevista de um a três anos de detenção, não havendo prescrição para o crime. Atualmente o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) possui um canal para denunciar os crimes de intolerância religiosa.<sup>4</sup>

Entretanto, apesar desses esforços, a lei sem critérios éticos não é eficaz e a marginalização dos ritos afro-brasileiros ainda é uma realidade sem solução. Nesse contexto, a proposta de encontro de uma ética comum<sup>5</sup> presente no contexto das

---

<sup>4</sup> A fim de ilustrar os crimes de racismo religioso pode-se observar os dados expressos no blog “Dossiê Intolerância Religiosa”, disponível no endereço <http://intoleranciareligiosadossie.blogspot.com.br/>, no qual ocorre um constante mapeamento e atualização nos registros de intolerância religiosa no Brasil. Dos 73 casos registrados no Estado do Rio de Janeiro por intermédio dos noticiários jornalísticos, 67 são voltados aos ataques às religiões de matrizes africanas, e em muitos deles, envolvendo organizações ligadas ao tráfico.

<sup>5</sup> A ideia de ética a ser empregada no presente artigo tem como base o conceito utilizado pelo teólogo ecumênico Hans Küng no livro: Para que um ethos mundial? Religião e ética em tempos de globalização, conversando com Jürgen Hoeren. São Paulo: Loyola, 2005. “A ética se refere à doutrina do comportamento moral, a um sistema ético, portanto, como por exemplo a ética de Aristóteles ou a de Tomás de Aquino ou a de Emmanuel Kant. Para possibilitar, porém, a convivência das pessoas não é necessário chegar a um acordo sobre a adoção de um determinado sistema ético; o *ethos*, por sua vez, se

religiões institucionalizadas é um tema relevante. Pretende-se confrontá-la com a existência do temor em relação às religiões que são alheias ao universo de sentido do sujeito, já que, de acordo com Hans Küng, as religiões carregam em si um ideal ético comum. Essa é a proposta apresentada no projeto para uma ética mundial, que defende ser o diálogo inter-religioso passível de ser realizado, tendo em conta um conjunto de atitudes e ensinamentos em sua aplicação. (KÜNG, 1993, p. 3)

Estamos convictos de que cabe justamente às religiões – apesar de todo o mau uso que se fez delas, e de seus frequentes fracassos históricos – sustentar a responsabilidade de manter vivas essas esperanças, objetivos, ideais e parâmetros. Isso vale de modo especial para os Estados modernos: as garantias de liberdade religiosa e de consciência são necessárias, mas não substituem valores obrigatórios, convicções e normas válidas para todos os seres humanos, seja qual for sua origem social, seu sexo, cor, língua ou religião. (...) Por isso trazemos à memória a Declaração Universal dos Direitos do Homem das Nações Unidas, de 1948. O que ela proclamou solenemente no plano do *Direito* queremos confirmar e aprofundar aqui no plano da *Ética*: a realização plena da indisponibilidade da pessoa humana, da liberdade inalienável, da igualdade de todas as pessoas, assumida como princípio, e da necessária solidariedade e dependência recíproca de todas as pessoas, umas em relação às outras. (KÜNG, 1993, p. 04-05)

Tomando esse aspecto como ponto de partida, algumas das principais ideias do projeto de ética mundial baseiam-se na proposta de que crenças diversas dentro de um mesmo espaço não podem ser consideradas um empecilho para o bom funcionamento das relações interpessoais. Para que essa convivência ocorra de forma pacífica e dinâmica não é preciso que o indivíduo dispa-se de suas crenças e valores no momento do contato com a alteridade. A realidade do diálogo inter-religioso não pressupõe um entrelaçamento ou um *pout-pourri* religioso, criando limites fluídos entre as religiões e seus preceitos. Cada indivíduo deve manter sua fé e suas bases valorativas sólidas, pois elas funcionam como uma identidade própria do sujeito, com a qual ele constrói sua rede de significados. É justamente partindo daquilo que o indivíduo entende como próprio e com o que se identifica, a partir de onde é possível começar o diálogo. Segundo diretrizes do projeto para uma ética mundial: “Mas para o bem-estar da humanidade, deve-se colocar *princípios e normas éticas como critérios de avaliação e de diferenciação* para dentro das discussões dos problemas e da procura de soluções.” (KÜNG, 1992, p. 92) Para Küng, se não há critérios, não há diálogo. Os critérios éticos são necessários para que não haja distorção em prol de interesses próprios e para que

---

refere a outra coisa, não a uma doutrina ou a um sistema, mas muito mais à atitude moral interior e fundamental de um ser humano que se orienta em determinadas normas e parâmetros e que tem como bússola a consciência; trata-se, portanto, de uma atitude básica que acaba determinando todo o seu agir. Diante deste *ethos* vale a pena empenhar-me em saber o que determina, afinal, a minha atitude ética básica.” (p.26)

minorias religiosas possam também expor suas opiniões e participar na elaboração de pontos de interesse para a sociedade.

Assim, estamos cientes de que nossas várias tradições religiosas e éticas fundamentam de forma muitas vezes diversa o que é benéfico ou prejudicial ao homem, o que é certo e errado, o que é bom e mau. Não queremos obscurecer ou ignorar as diferenças profundas existentes entre cada uma das religiões. Mas tais diferenças não nos devem impedir de proclamar publicamente o que já temos em comum, nem as coisas com que já nos sentimos coletivamente comprometidos, com base nos respectivos fundamentos religiosos e éticos. (...) Por certo, as religiões só têm credibilidade para fazer tal coisa quando elas próprias suplantam os conflitos a que dão origem, quando superam reciprocamente a superioridade, a desconfiança, os preconceitos e imagens de hostilidade, e quando devotam respeito às tradições, aos santuários, festas e ritos das pessoas de credos diferentes. (...) Em face de toda desumanidade, nossas convicções religiosas e éticas exigem: *todo ser humano tem que ser tratado de forma humana!* Ou seja: todo ser humano – sem distinção de idade, sexo, raça, cor, capacidade física ou intelectual, língua, religião, convicção política, origem nacional ou social – é dotado de uma *dignidade intocável* e inalienável. (KÜNG,1993, p. 06)

Nesse sentido, torna-se fundamental que, enquanto seres humanos, todos estejam abertos para escutar as narrativas uns dos outros, pois só assim será possível enxergar as diferenças como elementos a serem somados e não como uma demonstração de fraqueza como muitas vezes ocorre. Essa compreensão da interdependência entre as pessoas, conforme apresentada em momentos anteriores do texto, corrobora a visão de que o ser humano é um ser relacional e que necessita estar em contato com outros indivíduos na criação de sua própria identidade. O ponto de inflexão da proposta está em enxergar no outro alguém a quem se deve tratamento humano, através da valorização de sua história de vida e onde critérios como origem social, econômica, étnica e principalmente religiosa, não sejam fatores definidores do valor da outra pessoa.

### **Crítérios éticos, a regra de ouro e os preceitos inamovíveis na sociedade brasileira**

Volney Berkenbrock defende em um pequeno artigo a existência de uma ética própria do candomblé. Para ele, a ideia central dela está no aspecto relacional dos seus praticantes com os seus Orixás. Ela se trata de uma relação dinâmica, que é construída ao longo da vida do indivíduo que sendo filho de um Orixá terá nessa filiação uma identidade própria e intransmissível. Ela define o modo de ser do sujeito, seu agir e sua forma de estar no mundo. Essa ligação ocorre desde o nascimento e permanece por toda a vida, moldando as características dessa pessoa em todos os aspectos de sua vida: o comportamento, o caráter, o padrão emocional, ou seja, aspectos de sua personalidade; e irá influenciar também

aspectos de socialização e gostos pessoais assim como profissionais. Ela depende também de qual estágio da iniciação o praticante se encontra, podendo variar em diferentes momentos da vida do mesmo. Essa filiação do adepto com o seu Orixá objetiva alcançar uma existência em equilíbrio, configurando-se como uma busca que é constante e dinâmica. (BERKENBROCK, 2017, p. 916).

Levando em consideração essa abordagem, os princípios de uma ética mundial se baseiam numa ideia da mesma, independente de religião, lançando mão de uma proposta de “orientação espiritual” que é perfeitamente aplicável na realidade das religiões afro-brasileiras. Não há nela nenhum caráter de superioridade, mas sim um proveito da experiência adquirida por cada pessoa através da sabedoria originária de sua religião. Esses saberes podem ser instrumentalizados a fim de propor alternativas para o diálogo com outras religiões, suplantando conflitos e tensões decorrentes, dentre outras questões, de diferenças na forma de crer. Um dos aspectos que de acordo com o projeto para uma ética mundial estão presentes nas grandes tradições filosóficas e religiosas da humanidade é justamente a presença da ética, elaborada de diferentes formas em diferentes épocas, mas que ao fim contém o centro de significado das religiões. “Em outras palavras, uma ética mundial não reduz as religiões a um minimalismo ético, mas representa o mínimo do que as religiões do mundo já têm em comum agora na esfera ética.” (KÜNG & SCHMIDT, 2001, p. 33).

Conforme afirmou Hans Küng “A humanidade certamente carece de reformas sociais e ecológicas, mas carece igualmente de renovação espiritual.” (Die Prinzipien eines Weltethos. Disponível em: <http://www.weltethos.org/>, consultado em 24 de maio de 2020). Um ponto de relevância significativa nesse contexto é pensar a necessidade de uma espiritualidade realmente voltada para o ser humano e que possa atender às reais necessidades do mesmo, independente de sua crença. Para ele, as religiões só podem realmente ser relevantes se primeiro for possível alcançar uma mudança interior do indivíduo e que esse se abra para o contato com o outro, humanizando-o. Se não for dessa forma, as atitudes são superficiais e fugazes, não causando uma verdadeira mudança no cerne da sociedade. Essa estagnação de crenças e o preconceito gerado por uma religiosidade rasa geram situações de exclusão e intolerância, que vão de encontro ao princípio ético básico das religiões.

A crença numa ética candomblecista aponta para um caminho de diálogo, pois mostra que ela está pronta para interagir com as outras religiões existentes no contexto brasileiro, partindo de uma abordagem da ética como o critério primordial para esse encontro. Na declaração, ela está vinculada a uma mudança de consciência destacando que “todo indivíduo possui não apenas uma dignidade

intocável e direitos inalienáveis; ele tem também uma responsabilidade irrefutável pelo que faz ou deixa de fazer. (KÜNG, 1993, p. 13). Nesse sentido, o projeto ressalta a existência de pontos a serem utilizados como guia pelas pessoas dispostas a viver uma ética mundial. Esses pontos estariam em consonância com a ética encontrada no Candomblé, formando um primeiro elo para o diálogo. De forma resumida, são eles a regra de ouro e os preceitos inamovíveis, dos quais apenas três serão utilizados na discussão que se segue: O compromisso com uma cultura da não-violência e do temor diante da vida, o Compromisso com uma cultura da solidariedade e uma ordem econômica justa e o terceiro, o Compromisso com uma cultura da tolerância e uma vida de veracidade.

A existência da regra de ouro é um primeiro caminho no sentido de desconstruir as barreiras levantadas pela intolerância. Ela convida a que se observe o outro como a um igual, desejando a ele o mesmo que um deseja para si mesmo. Dessa forma, tende-se a repelir as posturas de rejeição e submissão. Essa ideia de dar e receber na mesma medida é muito antiga e faz parte de diversas culturas em diferentes tempos e reforça a máxima de que todos são dependentes um do outro. Fazer ao outro somente o que gostaria que fizessem a si mesmo é a prova maior de que um indivíduo coloca seu semelhante no mesmo patamar que a si mesmo, que o respeita e que encontra valor no que a outra pessoa apresenta como sua história de vida e suas necessidades.

Há um princípio, a regra de ouro presente e preservada há milênios em muitas tradições religiosas e éticas da humanidade: *não fazes a outrem o que não queres que façam a ti. Ou formulada de modo positivo: fazes aos outros o que queres que façam também a ti!* Essa deveria ser a norma inamovível e incondicionada para todos os campos da vida, para a família e as comunidades, para as raças, nações e religiões. (KÜNG, 2004, p. 23)

Segundo o trecho retirado da citação acima, esse princípio deveria ser a fala incondicional para todas as relações humanas. Esse é um critério ético básico que deve ser sustentado em prol da manutenção da dignidade humana em diferentes contextos, religiosos ou não.

Partindo ainda do que oferecem como recurso sobre o tema as grandes tradições religiosas e trazendo para a discussão o primeiro compromisso, acolhe-se o preceito, formulado de maneira positiva: Sente temor diante da vida! Disso depreende-se que toda pessoa deve ter seu direito à vida garantido, estendendo-a a ideia do livre desenvolvimento de sua personalidade e o respeito a sua integridade física, não podendo com isso ferir o mesmo direito estendido aos seus semelhantes. A ausência dessa ideia de preservação da vida apresenta uma relação importante com a presença da intolerância e um cerceamento da liberdade religiosa

na sociedade brasileira. Quando uma pessoa considera o outro menos, porque crê que sua religião e sua origem étnica são inferiores, essa pessoa se sente superior. Sendo superior, ela acredita que a vida do outro tem menos valor que a sua e surgem atentados violentos justificados em nome da religião. Isso desconstrói a essência das mesmas, pois: “Em todas elas encontram-se presentes a preocupação com o bem-estar e a dignidade da pessoa humana...” (KÜNG, 1992, p. 85)

Deste exemplo pode-se inferir o compromisso com uma cultura da solidariedade e uma ordem econômica justa. Das grandes tradições éticas e religiosas antigas, pode-se acolher o preceito formulado de maneira positiva: Age de maneira justa e honesta! Disso se conclui que ninguém tem o direito de querer algo que não lhe pertença, isso incluindo a propriedade alheia ou apossar-se do bem público. Da mesma forma, ninguém deveria sentir-se no direito de fazer uso de suas posses sem levar em consideração as necessidades de seus semelhantes, incluindo assim o bem-estar da sociedade e a manutenção do planeta Terra.

Nesse aspecto também as religiões mostram sua fraqueza e a dificuldade de lidar com esses problemas, advindos da fragilidade humana. Os exemplos de preconceitos religiosos muitas vezes estão também relacionados a uma ideia de superioridade econômica, que se materializa muitas vezes no que chamou-se de racismo religioso. Tomando como exemplo as religiões de matrizes africanas, que como já dito anteriormente ainda sofrem um enorme preconceito, por serem religiões surgidas a partir da realidade escravocrata e de imposição do catolicismo. Por mais que o perfil de seus adeptos esteja mudando e que hoje se encontrem muitas pessoas de diferentes segmentos sociais como praticantes, o que predomina é a marca de pertencimento ao negro e a sua associação de maneira inferiorizada. Os adeptos das religiões afro-brasileiras, em sua maioria, possuem menor renda e escolaridade comparado a média nacional (MARIANO, 2015, p. 140).

Ou seja, predomina a visão de que a religião é praticada por afrodescendentes, em áreas pobres e com poucos recursos financeiros, como se isso justificasse o tratamento marginal, ratificando o resultado do racismo estrutural que no pós-abolição não produziu uma inserção social por intermédio da escolarização e posteriormente no mercado de trabalho. Aos descendentes de escravos foram relegadas as atividades consideradas inferiores e a marginalização social, atribuindo a meia dúzia que ascendia economicamente o fator meritocrático.

O terceiro compromisso é o com uma cultura da tolerância e da veracidade. As antigas tradições religiosas e éticas da humanidade ensinam o conhecido preceito: Fala e age com veracidade! Dessa maneira, elas pretendem conscientizar as pessoas da importância da verdade em suas várias acepções: No falar, no agir e principalmente no ser. É importante que cada qual compreenda seu lugar e que

seja capaz de respeitar o outro genuinamente oferecendo-lhe a sinceridade e não a mentira. Isso não somente na relação entre indivíduos isoladamente, pois o projeto estende essa perspectiva ao Estado, instituições e comunidades religiosas, defendendo que nenhum deles detém a prerrogativa de falar inverdades às pessoas ou de manipular para subjugar o outro. Disso desenrola-se a ideia do respeito pela alteridade, ainda que ela tenha pontos de vista diferentes, pois balizada no ideal de acolhimento permite desconstruir a intolerância religiosa. Muito mais que buscar a tolerância - visto que o verbo tolerar<sup>6</sup> carrega uma conotação de sacrifício, acaba-se por esvaziar aquilo que o outro é em sua essência reduzindo-o a complacência do eu. Logo, visar o respeito é pensar na relação entre dois iguais que se compreendem e se aceitam nas suas diferenças.

### **Preconceito, currículo escolar e novas abordagens**

Partindo do que foi apresentado nos tópicos anteriores, propõe-se nesse último ponto discutir mais profundamente a ideia do preconceito religioso dirigido às religiões de matrizes africanas considerando possíveis abordagens de discussão sobre o tema em sala de aula. A adoção de critérios éticos pode ser um caminho no sentido de demonstrar como as relações devem ocorrer visando um consenso. Como a isso se refere mais uma vez o próprio professor Hans Küng: "A realidade não é tão sombria: Na maior parte dos países, as posições extremistas não são majoritárias, ao menos se não estiverem atreladas a fatores políticos, econômicos ou sociais". (KÜNG, 2008, p. 29). Nesse sentido, é possível acreditar que a solução não está tão distante de ser alcançada, quando se preconiza uma educação baseada em valores que representam a base sólida de formação do caráter do indivíduo. Posteriormente ele os colocará em prática em todas as suas relações, sabendo distinguir o que é certo e justo do que é errado e precisa ser reformulado em novas bases para o alcance de uma sociedade mais justa.

Além disso, nas últimas décadas aumentou mundialmente o número de iniciativas visando o diálogo e a colaboração entre as religiões. Esse fenômeno também tem sido observado no Brasil, ainda mais com o aumento do número de Programas de pós-graduação na linha do diálogo inter-religioso, de estudo das religiões afro-brasileiras e mesmo na própria área de teologia católica, protestante

---

<sup>6</sup> De acordo com o dicionário online, tolerar significa 1. Sofrer o que não deveríamos permitir ou o que não nos atrevemos a impedir. 2. Consentir; permitir; deixar passar. "**tolerar**", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2020, <https://dicionario.priberam.org/tolerar> [consultado em 30-05-2020].

ou umbandista. A construção do conhecimento é um primeiro passo no sentido de eliminar as visões preconceituosas e suas consequências devastadoras:

Sobretudo, no âmbito escolar, não haveria melhor forma de educar para a tolerância, o pluralismo e a diversidade do que o caminho da ciência, trilhado a partir do diálogo e do respeito a outras premissas fundamentais divergentes, ainda em se tratando de matéria religiosa, e trazendo a luz conceitos como sincretismo, hibridismo e emaranhamento cultural para a melhor compreensão do tema. (KÜNG, 1991, p. 56)

O preconceito histórico e socialmente construído, embasado no medo que demoniza, negando e destituindo de valor as religiões de matriz africana no Brasil, é uma realidade e a escola, como microcosmo social também reflete essa temática. Em especial as escolas públicas, que por assumirem essa característica de espaço público, democrático e laico, são importantes mediadoras entre a criança e a sociedade. Desse modo não podem deixar de tratar no seu dia a dia as questões que envolvem conflitos causados pelo racismo e a intolerância, apresentando visões diferenciadas de mundo. Elas devem trabalhar com conceitos relacionados ao tema, como sincretismo e emaranhamento cultural, confrontando-os com a realidade dos alunos e promovendo espaços de debate e interação.

Para vencer o preconceito racial e religioso é fundamental que os currículos escolares incluam não somente o estudo das origens do povo brasileiro e suas raízes africanas, como também que sejam aplicadas metodologias de desconstrução dos estigmas raciais e atividades de integração família, escola e sociedade para esse fim. A abordagem dessa questão deve estar inserida no currículo escolar através de temas transversais e do projeto político-pedagógico da mesma. (BITTENCOURT, 2011) As diferentes disciplinas devem se envolver na proposta, contribuindo cada qual a sua maneira para a desconstrução do racismo e consequentemente do preconceito religioso vindo dele. A Lei 10.639/03 que mesmo tendo a finalidade de sanar essa lacuna, segue sendo negligenciada em muitos espaços de ensino mesmo dezessete anos após sua assinatura. Sua aplicação dentro da escola é uma chave de leitura importante para que através do conhecimento o preconceito possa ser eliminado.

A capacidade de enxergar valor no diferente e consequentemente na sua religião é o que torna o diálogo e o respeito possíveis e a escola, como um espaço crucial de sociabilidade, não pode eximir-se desse papel mediador. Levando em conta os aspectos anteriormente apresentados, a crença numa força ética como diretriz espiritual, a regra de ouro e os compromissos, é possível transformar a escola num espaço de sociabilidade plural, guiado por uma filosofia do acolhimento.

No ambiente escolar as crianças e jovens iniciam seu contato social e ampliam sua visão de mundo para além do ambiente doméstico.

Tudo o que foi apresentado busca ainda fomentar a importante contribuição que a família, a escola e os demais ambientes de sociabilidade podem ter na proposta de eliminação dos extremismos religiosos, através da promoção de uma educação interétnica, inter-religiosa e multicultural, pois essa sim espelharia ou estaria mais próxima de abarcar a realidade social brasileira. Não é mais possível sustentar uma filosofia educacional segregacionista, que divida a sociedade em grupos privilegiados e marginalizados ou que desmoralize a diversidade étnica e cultural que caracteriza o país. Atenção especial deve ser direcionada ao caso das religiões de matrizes africanas, que espelham a diversidade presente na sociedade brasileira, mas que ainda são encaradas de forma marginal dentro do espaço escolar e fora dele. Como afirmou o próprio Hans Küng em obra já anteriormente citada “A religião também pode ser a base de uma identidade psicológica, de maturidade humana e de uma autoconsciência sadia. Sim, a religião pode vir a ser um importante estimulador e até um motor de transformações históricas.” (KÜNG, 1992, p. 73). Dessa forma, pode-se dizer que a religião é capaz de fornecer bases sólidas de valores em prol de uma mudança da sociedade brasileira no sentido do diálogo entre as religiões, caso a ela seja direcionada a devida atenção e considerando o ser humano como ponto de partida e de chegada das várias formas de crer.

### **Conclusão**

Diante de um tema tão complexo e atual realizar uma moção conclusiva torna-se algo bastante desafiador, uma vez que não é possível abarcar todas as nuances sobre o tema e nem mesmo apresentar soluções prontas e definitivas para a questão. Ao longo dessas páginas o que se pretendeu apresentar foi um pequeno debate sobre aspectos da intolerância religiosa presente na realidade brasileira, com destaque para as religiões de matrizes africanas e possíveis pontos de inflexão no sentido de contrabalançá-lo, tendo por base ideias defendidas pelo projeto para uma ética mundial. Também se buscou discutir um pouco a influência da escola e de uma educação inter-religiosa na desconstrução de preconceitos e na definição de valores básicos na formação das crianças e jovens.

De tudo, pode-se afirmar que o mais significativo nesse sentido é o consenso no sentido de colocar o ser humano no centro da discussão, mantendo a preocupação com aquilo que o torna mais humano, incluindo seus direitos básicos de vida e de livre expressão. O simples cumprimento de preceitos religiosos de forma mecânica sem considerar a realidade da diversidade de crenças não

acrescenta muito na contraposição ao preconceito. Por isso, a partir da definição do *ethos* como algo que surge dentro do indivíduo e se exterioriza em atitudes, pressupõe-se ser possível uma transformação na consciência das pessoas que terá como consequência uma mudança na própria sociedade, que deve ocorrer de forma gradual. O ponto chave é buscar na essência das religiões as respostas para os desafios lançados pela intolerância e o preconceito, pois elas já carregam em seu interior os requisitos necessários para tal, através de ensinamentos milenares.

Importante considerar também que as religiões não estão paradas no tempo, elas são dinâmicas e só tem sentido se pensadas num contexto social do qual são interdependentes. A realidade de um país laico como o Brasil traz consigo a grande vantagem da presença de várias religiões num mesmo espaço e da possível convivência entre elas, criando uma ideia muito mais de aproximação que de desunião. Disso depreende-se que, a partir do respeito e aceitação das diferenças, assim como da existência de princípios éticos, é possível alcançar ganhos não somente no campo das religiões, como também estendê-los para outras áreas das relações, como por exemplo, o espaço da escola. Isso se torna algo de fundamental importância, pois esses critérios são necessários em todos os campos da vida e devem ser aprendidos desde a infância.

Aceitar uma forma diferente de ver o mundo, distinta do ideal cristão/ocidental/etnocêntrico a qual a maioria do povo brasileiro está condicionada, é um processo lento e gradual de desconstruir para construir novos olhares (PINHEIRO, 2012). Kabenguele Munaga chama de “mentalidade envenenada” (MUNANGA, 2005), formada pela repetição de estereótipos que são reforçados pela perpetuação de um estudo eurocêntrico. Esse perfil já está mudando, os currículos escolares já incluem a questão da diversidade étnica e religiosa, mas ainda há um longo caminho a ser trilhado.

## **Referências**

BERKENBROCK, Volney José. O Conceito de Ética no Candomblé. Revista Horizonte, Belo Horizonte, v. 15, n. 47, p. 905-928, jul./set. 2017 – ISSN 2175-5841.

BITTENCOURT, Circe M. F. Ensino de História: Fundamentos e Métodos, 4. Edição, São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)> Acesso em: 10 maio. 2020.

BRASIL. Lei 10.639/2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm)>. Acesso em: 11 maio. 2020.

DELUMEAU, Jean. História do medo no Ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

KÜNG, Hans. Para que um ethos mundial? Religião e ética em tempos de globalização, conversando com Jürgen Hoeren. São Paulo: Loyola, 2005.

\_\_\_\_\_. Global responsibility: In search of a New World Ethic. Wipf & Stock, 1991.

\_\_\_\_\_. Religiões do mundo: Em busca de pontos comuns. São Paulo: Verus, 2004.

\_\_\_\_\_ e SCHMDT, Helmut. Uma ética mundial e responsabilidades globais: Duas declarações. São Paulo: Loyola, 2001.

\_\_\_\_\_. Projeto de ética mundial: Uma moral ecumênica em vista da sobrevivência humana. São Paulo: Paulinas, 1993.

\_\_\_\_\_. Ética mundial en América Latina. Prólogo de Carlos Paz y Gerardo Martínez Cristerna (Trotta, Madrid 2008).

\_\_\_\_\_. La ética mundial entendida desde el cristianismo. Madrid: Trotta, 2008.

NASCIMENTO, Wanderson Flor. O Fenômeno Do Racismo Religioso: Desafios Para Os Povos Tradicionais De Matrizes Africanas. In Revista Eixo. Brasília-DF, v. 6, n. 2 (Especial), novembro de 2017. Disponível em: <http://revistaeixo.ifb.edu.br/index.php/RevistaEixo>, acesso em: maio de 2020

OLIVEIRA; ALMIRANTE; NASCIMENTO, 2013 in OLIVEIRA, Amurabi. A Vez das Religiões Afro-Brasileiras no Ensino Religioso? As possibilidades e limites abertos pela Lei nº 10.639/03.

PINHEIRO, Márcia Leitão. Educação, religião e pertencimento étnico-racial: experiências de católicos e protestantes. In Diversidade e /sistema de Ensino Brasileiro. GONÇALVES, Maria Alice Rezende. RIBEIRO, Ana Paula Alves. (org). vol II – Editora Outras Letras, Rio de Janeiro: 2012.

SANT'ANA, Antonio Olimpio. Historia e conceitos básicos sobre o racismo e seus derivados. in MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na Escola**. 2ª edição revisada. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, p 39-68, 2005. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo\\_escola.pdf](http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf)>. Acesso em: 23 maio. 2020.

SILVA, Vagner Gonçalves da Silva. (Org.) Intolerância religiosa: impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

TEIXEIRA, Faustino & DIAS, Zwinglio Mota. *Ecumenismo e diálogo inter-religioso: A arte do possível*. São Paulo: Editora Santuário, 2008. p.122

VERGER, Pierre Fatumbi. *Os orixás: deuses iorubas na África e no Novo Mundo*. Salvador: Corrupio, 2002.

#### Homepages

- [www.weltethos.org](http://www.weltethos.org), consultado em 26 de Maio de 2020.
- <http://www.global-ethic-now.de/index.php>, consultado em 28 de Maio de 2020.
- <http://www.edulaica.net.br/>, consultado em 30 de Maio de 2020.